

2.1 ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS:

Submete-se para apreciação do Executivo, nos termos do previsto no n.º 1 do art.º H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga, os pedidos de isenção de taxas municipais constantes do mapa que se anexa.

Nº Informação: 8535

Data: 19/03/2019

*A reunião do
Executivo Municipal
Joana Barros
19 Março 2019*

Assunto: Mapa de Isenções

A Divisão Financeira apresenta Pedidos de Isenção de Taxas e Outras Receitas Municipais, conforme mapa e informações em anexo, nos termos do previsto no Artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga, para Despacho do Sr. Presidente, e posterior envio ao Órgão Competente para apreciação, no valor total de 16.335,58 euros.

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

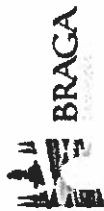
Joana Barros

*Este conjunto de informações foram
despedidos de Sr. Diretor da DF, do
DPCG e do Sr. DRGAP, todos
de sentido positivo (favorável). As
quais, submetem-se à decisão do
Sr. Presidente para, em seguida, serem
enviadas ao Executivo Municipal.*

2019/03/19

[Assinatura]


Utilizador: Joana Barros



Pedidos de Isenção de Taxas (nos termos do previsto no artº H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga)

Reunião de 25 de março de 2019

Entidade	Proc.	Atividade	Taxa a Isentar	Fundamentação	Valor Taxa (€)
Condomínio do Prédio da Rua de Santa Margarida, n.º 245	653/2018	Obras de conservação do imóvel sito na Rua de Santa Margarida, n.º 245	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	141,01
João da Silva Ferreira Capa	755/2018	Obras de conservação e beneficiação do imóvel sito na Praça Alexandre Herculano, n.ºs 1 a 4, 5 e 6	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	230,02
Avantis, Lda.	902/2018	Obras de conservação do imóvel sito na Avenida da Liberdade, n.ºs 738 a 754	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	625,10
Maria Rosa Gomes de Faria	1375/2018	Obras de conservação do imóvel sito na Rua Júlio Lima, n.ºs 14/16	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	384,44
Oporto Player - Investimentos, Lda.	379/2018	Obras de conservação do imóvel sito na Rua do Soulo, n.º 57	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	207,09
Administração do Condomínio do Centro Comercial dos Grajinhos	844/2018	Obras de conservação do imóvel sito no gavelo da Avenida da Liberdade, n.º 424, 3º piso com a Rua 25 de Abril	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	268,10
União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Sul)	517/2018	Obras de conservação do imóvel sito no Largo Carlos Amarante, n.º 181	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	131,44
Francisco Pereira Maia	541/2018	Obras de conservação do imóvel sito na Avenida da Liberdade, n.º 682, 3º Esq.	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	139,73
FLZ, Lda	411/2018	Obras de conservação do imóvel sito na Rua Dr. Justino Cruz, n.º 154, 3ª Fração AA	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	125,30
Maria da Conceição da Silva Martins Ferreira	981/2018	Obras de conservação do imóvel sito na Rua da Boavista, n.ºs 110, 112 e 114	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	210,98
Fábrica da Igreja de S. Tiago da Cividade	1377/2018	Obras de conservação do imóvel sito no gavelo da Rua D. Gonçalo Pereira com o Largo de S. Paulo	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	268,10
Maria de Apresentação da Silva Sousa	592/2018	Obras de conservação do imóvel sito no gavelo da Rua de S. João, n.º 6 com a Rua Nossa Senhora do Leite, n.ºs 12/13 e Rua do Forno, n.º 1	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	633,38


 2019/03/19




Pedidos de Isenção de Taxas (nos termos do previsto no artº H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga)

Reunião de 25 de março de 2019

Entidade	Proc.	Atividade	Taxa a Isentar	Fundamentação	Valor Taxa (€)
3 O Rio - Administração e Imobiliária, Lda	824/2015	Obras de reconstrução do imóvel sito na Rua da Misericórdia, n.º 20	Taxas de Licença e de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	522,10
SACHA - Imobiliária, Lda	553/2015	Obra de alteração do prédio sito na Rua Eça de Queiroz, n.º 2 a 22 com a Rua Justino Cruz, n.º 129 a 133	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	6 102,38
José Antunes Afonso	22/10/2017	Obras de conservação do imóvel sito na Rua de S. Vitor, n.ºs 189 a 193	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	184,21
Alexandra Ribeiro de Sousa	412/2018	Obras de conservação do imóvel sito na Rua Visconde Pindela, n.º 20, 22 e 24	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	868,22
Filipe Dias Fernandes, Unipessoal, Lda	1567/2018	Obras de conservação do imóvel sito na Rua Direita, n.º 92	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	448,53
Domingos Machado Dias de Araújo	2704/1/2018	Obras de conservação do imóvel sito no Largo do Beco, n.º 11	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	1 516,65
Firmino Garcia de Oliveira Gonçalves	14601/2017	Obras de reconstrução e ampliação do edifício sito na Rua de S. Vicente, n.º 56/60	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	2 230,99
Rafael Manuel Gonçalves Dias Gaspar	1341/2018	Obras de conservação e beneficiação do prédio sito na Rua de S. Marcos, n.º 69	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	384,44
Mário Filipe Martins de Sousa	1075/2018	Obras de conservação do imóvel sito na Rua do Alcaide, n.º 30	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	177,66
Manuel Agostinho Loureiro da Cruz, Unipessoal, Lda	1292/2018	Obras de conservação do imóvel sito na Av.ª S. Miguel-O-Anjo, n.º 23/25	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	196,88
Goães Invest - Sociedade Imobiliária, SA	726/2018	Obra de conservação do imóvel sito na Rua D. Pedro V, n.º 48	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	184,79
Maria Dolores Gomes Duarte	725/2018	Obra de conservação do imóvel sito na Avenida Dr. Artur Soares, n.º 25/27	Taxas de OEP	H-1/17º - Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico	154,04
					16 335,59

Handwritten signature and date:
2019/03/19

*À reunião do
Executivo Municipal
4-50 1147
19 Março 2019*



Nº Informação: 7330
Data: 07/03/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 653/2018 - Condomínio do Prédio da Rua de Santa Margarida, n.º 245, com o número de identificação fiscal 900 953 470 - taxas de Ocupação de Espaço Público (camião auto grua) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Rua de Santa Margarida, n.º 245, da Freguesia de S. Victor, Braga, no valor de 141,01€ (cento e quarenta e um euros e um cêntimo).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,46€
- iii) Taxa de O.E.P.: 29,99€

→ **TOTAL = 141,01€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 17165, datada de 28 de maio de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,



devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

*Concordo com a informação.
A Consideração superior.
P. Ribeiro, 13/03/19.*

Joana do.
Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospeção
Miguel Antunes Guimarães
15/3/2019

2019/03/13

du

Nº Informação: 7000
Data: 04/03/2019

15 Março 2015

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 755/2018 - João da Silva Ferreira Capa, com o número de identificação fiscal 105 432 474 - taxas de Ocupação de Espaço Público (camião grua e área de proteção) para realização de obras de conservação e beneficiação no imóvel sito na Praça Alexandre Herculano, n.ºs 1 a 4, 5 e 6, Freguesia de S. Vicente, Braga, no valor de 230,02€ (duzentos e trinta euros e dois cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,46€
- iii) Taxa de O.E.P.: 119,00€

TOTAL = 230,02€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 20591, datada de 26 de junho de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que

contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

*Concordo com a imputação.
A consideração superior.
Domício, 13/03/19.*

Concordo.
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva
Miguel António Guimarães
15/03/2019

Concordo. A ordem de h. DN6 AP. dr. Miguel
2019/03/13

dm

À reunião do
Executivo Municipal
4 de março
19 março 2019

Nº Informação: 6983

Data: 04/03/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 902/2018 - *Avanis*, Lda. com o número de identificação fiscal 510 078 346 - taxas de Ocupação de Espaço Público (tapume, andaime e contentor) para realização de obras de conservação no imóvel sito na Avenida da Liberdade, n.ºs 738 a 754, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 625,10€ (seiscentos e vinte e cinco euros e dez cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,46€
- iii) Tapume: 392,70€
- iv) Taxa de O.E.P. (contentor): 14,28€
- v) Taxa de O.E.P.: 107,10€

→ **TOTAL = 625,10€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 23480, datada de 20 de julho de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais

de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barros

Utilizador: Joana Barroso

O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva

Concordo com a importância técnica. A consideração superior. Daurand, 13/03/19

Group. I include A. h. D. 1840, B. 1840
f.

2019/03/13

of

Nº Informação: 7163

Data: 06/03/2019

*4º andar
19 Março 2019*



Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 1375/2018 - Maria Rosa Gomes de Faria, com o número de identificação fiscal 125 197 756 - taxas de Ocupação de Espaço Público (andaime) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Rua Júlio Lima, n.ºs 14/16, Freguesia de S. Vicente, Braga, no valor de 384,44€ (trezentos e oitenta e quatro euros e quarenta e quatro centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (2 meses): 28,92€
- iii) Taxa de O.E.P.: 53,32€
- iv) Tapume: 205,64€

→ **TOTAL = 384,44€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 32744, datada de 22 de outubro de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

15/3/2019

Group. I refers to G. DNGAP, G. N. Paul
_____.

2019/03/13

from

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 379/2018 – Oporto Player – Investimentos, Lda., com o número de identificação fiscal 510 735 568 - taxas de Ocupação de Espaço Público (andaime/tapume) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Rua do Souto, n.º 57, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 207,09€ (duzentos e sete euros e nove cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,46€
- iii) Taxa de O.E.P.: 18,00€
- iv) Tapume: 78,07€

TOTAL = 207,09€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 12324, datada de 19 de abril de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

Concedo.
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel António Guimarães
15/03/2019

Concedo. À consideração superior.
20/03/19

20/03/19

dm

Nº Informação: 7297
Data: 07/03/2019

*A reunião do
Executivo Municipal
foi em 19
19 Maio 2019*

[Assinatura]

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 844/2018 - Administração do Condomínio do Centro Comercial dos Granjinhos, com o número de identificação fiscal 900 408 324 - taxas de Ocupação de Espaço Público (carrinha de caixa aberta até 1.500 Kg) para realização de obras de conservação do imóvel sito no Gaveto da Avenida da Liberdade, n.º 424, 9.º piso, com a Rua 25 de Abril - Centro Comercial dos Granjinhos, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 268,10€ (duzentos e sessenta e oito euros e dez cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,46€
- iii) Taxa de O.E.P.: 107,10€
- iv) Tapume: 49,98€

→ **TOTAL = 268,10€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 14524, datada de 08 de maio de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a

aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

Concedo.
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
15/03/2019

*Concedo. A pedido do h. DN&AP,
M. Miguel Antunes.
20/03/13*

[Signature]

Nº Informação: 7333
Data: 07/03/2019

*A reunião do
Executivo Municipal
foi marcada para
15 de Maio 2019*

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 517/2018 - União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), com o número de identificação fiscal 510 835 171 - taxas de Ocupação do Espaço Público (contentor) para realização de obras de conservação do imóvel sito no Largo Carlos Amarante, n.º 181 - "Edifício Pé Alado", União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 131,44€ (cento e trinta e um euros e quarenta e quatro centavos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 95,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,46€
- iii) Taxa de O.E.P.: 21,42€

—> **TOTAL = 131,44€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 14452, datada de 08 de maio de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Concordo com a informação.
A Consideração Superior.
Município 13/03/19.

Utilizador: Joana Barroso

Concordo.
15/11/2019
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

Concordo. À unidade da D. D. GAP,
M. Miguel Antunes.

2019/03/13



Nº Informação: 7334
Data: 07/03/2019

A reunião do
Executivo Municipal
em 19 Março 2019



Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 541/2018 - Francisco Pereira Maia, com o número de identificação fiscal 123 130 425 - taxas de Ocupação do Espaço Público (contentor) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Avenida da Liberdade, n.º 682, 3º andar esquerdo, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 139,73€ (cento e trinta e nove euros e setenta e três cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 95,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,46€
- iii) Taxa de O.E.P.: 29,71€

→ **TOTAL = 139,73€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 6969, datada de 05 de março de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

Concordo,
15/3/2019
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva
Luís Antunes Guimarães

Concordo. À consideração da h. BRAGA, d. 13/03/19.
2019/03/13

[Handwritten signature]

Nº Informação: 7349
Data: 08/03/2019

À reunião do
Executivo Municipal
19 de março 2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 411/2018 – FLZ, Lda., com o número de identificação fiscal 507 646 770 - taxas de Ocupação do Espaço Público (contentor) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Rua Dr. Justino Cruz, n.º 154, 3º andar, Fração AA, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 125,30€ (cento e vinte e cinco euros e trinta cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,46€
- iii) Taxa de O.E.P.: 14,28€

→ **TOTAL = 125,30€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 13160, datada de 26 de abril de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que

contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

Concedido.
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
15/3/2019

Concedido - às unidades do L. DN&AP,
Dr. Miguel Antunes
2019/03/13

duas



BRAGA
Município

*A reunião do
Executivo Municipal
Foi em
15 de agosto 2019*

DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

Nº Informação: 7356

Data: 08/03/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 981/2018 - Maria da Conceição da Silva Martins Ferreira, com o número de identificação fiscal 215 307 984 - taxas de Ocupação do Espaço Público (andaime) para realização de obras de conservação do imóvel sito na Rua da Boavista, n.ºs 110, 112 e 114, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de 210,98€ (duzentos e dez euros e noventa e oito centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,46€
- iii) Tapume: 71,40€
- iv) Taxa de O.E.P.: 28,56€

→ **TOTAL = 210,98€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 21107, datada de 29 de junho de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

Concedo.
O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

15/3/2019

*Concedo. À comissão de h. DN&AP,
Dr. Miguel Antunes.*

2019/03/13

[Signature]

*1.º reunião do
Executivo Municipal
19 de Março 2019*

[Handwritten signature]

Nº Informação: 7595

Data: 11/03/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 1377/2018 – Fábrica da Igreja de S. Tiago da Cidade, com o número de identificação fiscal 502 395 532 - taxas de Ocupação do Espaço Público (tapume/andaime e estacionamento para carrinha de caixa aberta) para realização de obras de conservação do imóvel sito no Gaveto da Rua D. Gonçalo Pereira com o Largo de S. Paulo – Igreja de S. Tiago da Cidade, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), no valor de 268,10€ (duzentos e sessenta e oito euros e dez cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,46€
- iii) Tapume: 80,92€
- iv) Taxa de O.E.P.: 76,16€

→ **TOTAL = 268,10€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 34168, datada de 05 de novembro de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a

aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

Concedo.
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel António Guimarães
13/03/2019

*Encl. à unidade de h. DN60P,
de. Miguel
2019/03/13*

[Signature]

À reunião do
Executivo Municipal
15 Março 2019

[Handwritten signature]

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 592/2018 - Maria de Apresentação da Silva Sousa, com o número de identificação fiscal 150 171 633 - taxas de Ocupação do Espaço Público (tapume e andaimes) para realização de obras de conservação do imóvel sito no Gaveto da Rua de S. João, n.º 6 com a Rua Nossa Senhora do Leite, n.ºs 12/13 e Rua do Forno, n.º 1, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), no valor de 633,38€ (seiscentos e trinta e três euros e trinta e oito cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença: 96,56€
- ii) Prazo da licença (2 meses): 28,92€
- iii) Tapume: 335,11€
- iv) Taxa de O.E.P.: 172,79€

→ **TOTAL = 633,38€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 11843, datada de 16 de abril de 2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais

de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

*Concluído.
15/3/2019*

*Concluído como informação
feita.
A Consideração Superior.
Ribeiro, 12/03/19.*

*Concluído. À ordem do G. DN&AP,
Dr. Miguel Gomes.
20/03/13*

[Signature]



Nº Informação: 7496
Data: 11/03/2019

*A reunião do
Executivo Municipal
foi marcada
19 Março 2019*

duo

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 824/2015 – 3 O Rio - Administração e Imobiliária, Lda., com o número de identificação fiscal 508 194 997 - taxas de Licença e de Ocupação do Espaço Público relativas à obra de reconstrução do imóvel sito na Rua da Misericórdia, n.º 20, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 522,10€ (quinhentos e vinte e dois euros e dez cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará de licença/admissão de comunicação prévia: 95,56€
- ii) Prazo da licença (12 meses): 171,72€
- iii) Áreas brutas de construção (reorganização e ampliação, varanda): 254,82€

→ **TOTAL = 522,10€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 4473, datada de 16 de novembro de 2017.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta,

devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

Utilizador: Joana Barroso

Concedo.
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
15/03/2019

Concedo. À consideração superior. Dr. Rafael
[Signature]

2019/03/13

[Signature]



*A reunião do
Executivo Municipal
foi em 15 de Maio
15 Maio 2019*

Nº Informação: 6360

Data: 26/02/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 553/2015 - taxas referentes a emissão do alvará de O.V.P. com Tapume, relativo à obra de alteração de prédio com 4 pisos, sito na Rua Eça de Queirós nº 2 a 22 com a Rua Justino Cruz nº 129 a 133, União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), desta cidade, Propriedade da Empresa SACHA-Imobiliária, Lda, pessoa coletiva nº 500121214, no valor de 6 102,38€ (seis mil cento e dois euros e trinta e oito centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/15º, H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º e H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

i - Emissão de alvará – 96,56€;

Prazo - 6 meses x 14,46€ = 86,76€

Tapume - 31,00m + 1,00m + 1,00m = 33,00 x 4 pisos x 6 meses x 2,38 € = 1 884,96€

Tapume - 23,50m + 5,00m + 5,00m = 33,50m x 4 x 6 meses x 2,38€ = 1 913,52€

O.V.P. – 23,50m x 5,00m = 117,50m² x 6 meses x 2,38€ = 1 677,90€

O.V.P. – 31,00m x 1,00m = 31,00m² x 6 meses x 2,38€ = 442,68€

→ **TOTAL – 6 102,38€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/1900, datada de 17/01/2019.

O artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga, refere:

- i) Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais;
Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, convocado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a



aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

*Concordo com a informação.
À consideração superior.
Domingo, 13/03/19.*

À consideração superior.

A Divisão Financeira.

[Handwritten signature]

*Envio à atenção do L. DMGAP, M. Miguel
Lima.*

2019/03/13

[Handwritten signature]

Concordo.
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
15/3/2019



BRAGA
Município

*A reunião do
Executivo Municipal*

MGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

19 Março 2019

Nº Informação: 7295

Data: 07/03/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 221010/2017 - taxas de alargamento da ocupação de espaço público para realização de obras de conservação de imóvel sito na Rua de S. Vitor, nºs 189 a 193, freguesia de S. Vitor, desta cidade, propriedade de José Antunes Afonso, contribuinte nº 1810343 215, no valor de 184,21 € (cento e oitenta e quatro euros e vinte e um centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 96,56€
- ii) Prazo 1 mês x 14,31€ = 14,31€
- iii) Andaime = 6,00m + 1,00m + 1,00m = 8,00m² x 3 pisos x 1 mês x 2,36 € = 56,64 €
- iv) O.V.P. = 5m x 1,50m = 7,50m² x 1 mês x 2,36€ = 17,70 €

→ **TOTAL = 184,21 €**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/2312, datada de 06/09/2017.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

À Consideração Superior,

15/3/2019

*Concordo com a informação
técnica. A consideração
superior.
Braga, 13/03/19*

A Divisão Financeira,

[Assinatura]

*Enide. A pedido de h. 00660,
h. de fme fme.*



BRAGA
Município

*A Reuniao do
Executivo Municipal
15 Março 2019*

MGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

Informação: 6495

Data : 27/02/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 412/2018 - taxas de ocupação de espaço público (tapume e andaime) para realização de obras de conservação de telhado, do prédio sito na Rua Visconde Pindela nº 20,22 e 24 (União das freguesias de Maximinos, Sê e Cidade), propriedade de Alexandra Ribeiro de Sousa, contribuinte nº 228537410, no valor de 868,22€ (oitocentos e sessenta e oito euros e vinte e dois cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 96,56€
- ii) Prazo 3 meses x 14,46€ = 43,38€
- v) Tapume - 20,00m + 1,00m + 1,00m = 22,00m x 3 x 3 meses x 2,38€ = 471,24€
- vi) O.V.P. - 20,00m x 1,00m = 20,00m x 3 x 2,38€ = 142,80€
- vii) O.V.P. (grua) - 16,00m² x 3 meses x 2,38€ = 114,24€

→ **TOTAL = 868,22€**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/10100, datada de 29/03/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- ii) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iv) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

A Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

*Assinado em
15/3/2019
Miguel Antunes*
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

*Acordo com o inf. p.º
A consideração superior.
12/03/2019.*

*Envio à união h. h. DN6SP,
Dr. Miguel F. Lima.*

2019/03/13

[Handwritten signature]



BRAGA
Município

12
A Reunião do
Executivo Municipal
15 Março 2019

MGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

Nº Informação: 7584
Data: 11/03/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 1567/2018 - taxas de ocupação de espaço público com tapume, para realização de obras de conservação de imóvel sito na Rua Direita nº 92 (União de Freguesias de Braga-Maximinos, Sé e Cidade), propriedade de Filipe Dias Fernandes, Unipessoal, Lda, contribuinte 514707925, no valor de 448,53€ (quatrocentos e quarenta e oito euros e cinquenta e três centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 98,65€
- ii) Prazo 3 meses x 14,95€ = 44,85€
- iii) O.V.P. = 7,00m x 0,90m = 6,30m² x 3 meses x 2,45€ = 46,31€
- iv) Tapume = 7,00m + 0,90m + 0,90m = 8,80m x 4 pisos x 3 meses x 2,45€ = 258,72€

→ **TOTAL = 448,53 €**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/37200, datada de 29/11/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira

Praça Conde de Agrolongo 4704 - 514 Braga
Balcão Único Municipal
MODCMB02001_00

Tel. 253 203 150 - Fax 253 613 387

www.cm-braga.pt e-mail: municipe@cm-braga.pt
Horário contínuo de 2.ª a 6.ª feira das 9h00 às 17h30
Página 1 de 1

Concordo com a informação
"A Consideração Superior."
Dado em Braga, 13/03/19.

Concedo. À ordem do L. DREGAP, Dr.
Rafael Figueira.

2019/03/13



BRAGA
Município

MGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

Nº Informação: 7487

Data: 11/03/2019

*A reunião do
Executivo Municipal
em 15 Março 2019*

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 27041/2018 - taxas de alargamento da ocupação de espaço público para colocação de (andaime e tapume), de apoio a obras de reparação e substituição de caixilharia exterior e limpeza de cobertura e fachada do edifício sito no Largo do Beco nº 11, União de Freguesias (Maximinos, Sé e Cidade), desta cidade, propriedade de Domingos Machado Dias de Araújo, contribuinte nº 158 678 737, no valor de 1 516,65€ (mil quinhentos e dezasseis euros e sessenta e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 96,56€
- ii) Prazo 6 meses x 14,46€ = 86,76 €
- iii) Tapume – 18,75m + 1,50m + 1,50m = 21,75m x 3 pisos x 6 meses x 2,38 € = 931,77 €
- iv) O.V.P. – 18,75m x 1,50m = 28,12m2 x 6 meses x 2,38 € = 401,56 €

TOTAL = 1 516,65€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/10893 datada de 09/04/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da Informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira

Offício

*Concedido.
15/3/2019*

Antunes Guimarães

*concordo com a informação.
À Consideração superior.
11/03/19.*

Concedido. À consideração do Sr. Diretor Municipal, N.º 1516,65€

2019/03/13

[Assinatura]



BRAGA
Município

*A reunião do
Executivo Municipal
Foi cancelada
19 Março 2019*

MGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

Nº Informação: 7352

Data: 08/03/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 14601/2017 - taxas de alargamento da ocupação de espaço público para realização de obras de reconstrução e ampliação de edifício sito na Rua de S. Vicente, nº 56/60, freguesia de S. Vicente desta cidade, propriedade de Firmino Garcia de Oliveira Gonçalves, contribuinte nº 189827688, no valor de 2 230,99 € (dois mil duzentos e trinta euros e noventa e nove cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 98,65€
- ii) Prazo 12 meses x 14,95€ = 179,40 €
- iii) Áreas de pisos – 770,20 x 1,15€ = 885,73€
- iv) Área de terraços e varandas – 87,55 x 1,15 € = 100,69 €
- v) Elevador – 1,00 x 61,70 € = 61,70 €
- vi) Emissão da licença de ocupação – 98,65 €
- vii) Prazo da licença de O.V.P. – 4 meses x 14,95 € = 59,80 €
- viii) Tapume – 5,20m + 3,3m + 3,30m = 11,80m x 5 pisos x 4 meses x 2,45 € = 578,20 €
- ix) O.V.P. – 5,20m x 3,30 m = 17,16m² x 4 meses x 2,45 € = 168,17 €

TOTAL = 2 230,99 €

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/1877/2019 datada de 017/01/2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira

*Ampl. à reunião do L. DMGAP,
Dr. Miguel...*

*Concordo com a
informação técnica.
A comissão superior
Reunida, 13/03/19.*

Praça Conde de Agrolongo 4704 - 514 Braga
Balcão Único Municipal
MODCMB02001_00

Tel. 253 203 150 - Fax 253 613 387

www.cm-braga.pt - e-mail: municipal@cm-braga.pt
Horário contínuo de 2.ª a 6.ª feira das 9h00 às 17h30
Página 1 de 2

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Sumário

15/3/2019

*À reunião do
Executivo Municipal
19 Março 2019*

MGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

Nº Informação: 6755

Data: 01/03/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 1341/2018 - taxas de alargamento da ocupação de espaço público (tapume/andaima) para apoio a obras de conservação e beneficiação de prédio sito na Rua de S. Marcos nº 69 União de freguesia de Braga (São José de S. Lázaro e São João do Souto), propriedade de Rafael Manuel Gonçalves Dias Gaspar, contribuinte nº 123 507 731, no valor de 384,44 € (trezentos e oitenta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará - 96,56€
- ii) Prazo - 2 meses x 14,46€ = 28,92€
- iii) Tapume - 8,00m x 1,40m + 1,40m = 10,80m x 4 x 2 meses x 2,38€ = 205,64€
- iv) O.V.P. - 8,00m x 1,40m = 11,20m² x 2 meses x 2,38€ = 53,32€

→ **TOTAL = 384,44 €**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/33883, datada de 31/10/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,



Miguel Antunes Guimarães
15/3/2019

*Concedo a isenção de h. DMGAP,
Dr. Rafael Figueira.
2019/03/13*

*Concordo com a informação técnica.
A concessão superior.
Miguel, 13/03/19.*



Processo Obra: 2018/450.10.204/3214

Registo de entrada: E/56107/2018

Requerente: Rafael Manuel Gonçalves Dias Gaspar

Local da obra: Rua de S. Marcos, n.º 69 (União de Freguesias de Braga - S. João do Souto e S. José de S. Lázaro)

Informação: 33875 de 31/10/2018

Assunto: Obras de conservação em imóvel.

Técnico responsável: Antonio Joaquim Leitão Lopes

Informação:

1.O requerente apresenta uma pretensão sob o registo n.º **E/56107/2018** a comunicar o início de obras de conservação, nomeadamente, substituição de telhas danificadas da cobertura, limpeza, pintura de fachada por materiais e cor idênticos aos existentes a realizar no imóvel sito na **Rua de S. Marcos, n.º 69** (União de Freguesias de Braga - S. João do Souto e S. José de S. Lázaro), não implicando modificações das estruturas resistentes, nem alteração de fachada.

2.O arranjo ou substituição do telhado deve ser feito mantendo a forma, o volume e aparência do telhado e beiral primitivos, pelo que apenas é permitida a utilização à vista de telha cerâmica de canudo (tipo "prado") ou aba e canudo (tipo "lusa") à cor semelhante, devendo os beirais ser constituídos por telhões.

3.A **pintura da fachada deverá ser com tinta não texturada e manter a cor idêntica à existente.**

4.O requerente pretende ocupação de espaço público (O.E.P.) com um **tapume/andaime.**

5.O pedido encontra-se instruído em conformidade com o previsto no **Regulamento n.º 973/2016 (CRMB - Código Regulamentar do Município de Braga)** nomeadamente, com o disposto na **alínea f) do n.º 2, Artigo B-1/26.º e alíneas a) e c) do n.º 1 do Artigo D-2/50 e n.º 2 do Artigo D-2/55 do referido Regulamento Municipal.**

6.**Julgo sem inconveniente a pretensão**, visto a obra solicitada se encontrar **isenta de controlo prévio**, enquadrando o disposto nas **alíneas a) e b) do n.º 1 do Artigo 6.º do Regulamento Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE).**

7.**Atendendo a que o pedido de O.E.P. impede a circulação de pessoas e veículos de apoio às cargas e descargas de mercadorias aos estabelecimentos comerciais da zona e necessitar de acesso por local onde estão colocados dissuasores hidráulicos, propõe-se o envio do presente pedido à D.T.M (Divisão de Trânsito e Mobilidade) para colher parecer.**

8.A OEP (Ocupação de Espaço Público) deverá respeitar o disposto no **Capítulo III, artigos D-2/51.º a 60.º do Código Regulamentar do Município de Braga, Regulamento n.º 973/2016, DR 2.ª Série de 26/10/2016**, que define as condições no que concerne à Ocupação do Espaço Público para execução das obras.

9.**Informa-se que a presente informação tem a validade pelo prazo de um ano, devendo a obra ser objeto de execução num prazo de 2 meses.**

10.A requerente solicitou isenção de pagamento de taxas de OEP (andaime) através do requerimento registado com o n.º **E/58415/2018.**

11.**Previamente ao início das obras o requerente deverá proceder ao levantamento do alvará de autorização para Ocupação de Espaço Público, no Balcão Único da Câmara Municipal de Braga.**

12.**Alerta-se a requerente que de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º D-2/55 do CRB, caso o andaime a colocar possua uma altura superior a 7 metros deverá ser apresentado no Município, previamente ao início das obras, declaração de responsabilidade subscrita por técnico habilitado para o efeito.**

13.**Anexo fotos.**

À consideração superior,

⇒ DTM/0VP

Nº Informação: 6244
Data: 26/02/2019

*A reunião
do Executivo
Municipal
15 Março 2019*

21

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 1075/2018 - taxas referentes a emissão do alvará de O.V.P. referente ao prédio de Márcio Filipe Martins de Sousa, contribuinte nº 216856310, sito na Rua do Alcaide, nº 30, da União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) no valor de 177,66€ (cento e setenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/15º, H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

i - Emissão do alvará – 96,56€

Prazo 1 meses x 14,46€ = 14,46€

Tapume – 5,50m + 1,00m + 1,00m = 7,50m x 3 x 1 mês x 2,38€ = 53,55€

O.V.P. – 5,50m x 1,00m = 5,50m² x 1 x 2,38€ = 13,09€

TOTAL – 177,66€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/13844, datada de 13/09/2018.

- O artigo H Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior.

*Concordo com a informação.
A consideração superior!
Recebido, 13/03/19.*

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães
15/03/2019

*Concedido à medida de 6.016.68, M. Antunes
2019/03/13*



BRAGA
Município

*A reunião do
Executivo Municipal.
19 de Março 2019*

DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

Nº Informação: 6334
Data: 26/02/2018

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 1292/2018 - taxas de ocupação de espaço público (colocação de contentor) para apoio a obras de reparação de telhado do prédio, sito na Avª S. Miguel - O-Anjo nº 23/25 (União de freguesias de Braga - Maximinos, Sé e Cidade), propriedade de Manuel Agostinho Loureiro da Cruz, Unipessoal, Lda, contribuinte nº 506832597, no valor de 196,88€ (cento e noventa e seis euros e oitenta e oito centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar à liquidação das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe;

I - Emissão de alvará - 96,56 €

Prazo 2 meses - 14,46€ = 28,92€

O.V.P. 15m2 x 2 meses x 2,38€ = 71,40€

→ **TOTAL - 196,88 €**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/30893, datada de 08/10/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação nº 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira,

Assinado
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel António Guimarães

Assinado À ordem do G. DMGAP,

Dr. Rafael Pinheiro

20 19/03/19

Concordo com a informação fornecida - A Comissão superior. Ratificada, 13/03/19.

23

*A reunião do
Executivo Municipal.
19 Março 2019*

MGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

Nº Informação: 7243

Data: 07/03/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 726/2018 - taxas de ocupação de espaço público para apoio à obra de reparação e pintura da fachada principal do edifício sito na Rua D. Pedro V, nº 48, freguesia de S. Vitor, desta cidade, propriedade da empresa Goães Invest - Sociedade Imobiliária, SA, identificação fiscal nº 506634825, no valor de 184,79 € (cento e oitenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 96,56€
- ii) Prazo 1 mês x 14,46€ = 14,46€
- iii) Tapume - 5,95m + 1,10m + 1,10m = 8,15 m x 3 pisos x 1 meses x 2,38€ = 58,20 €
- iv) O.V.P. - 5,95 m x 1,10m = 6,54m2 x 1 mês x 2,38 € = 15,57 €

→ **TOTAL = 184,79 €**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/16148, datada de 18/05/2018.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação nº 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Miguel Antunes Guimarães

15/3/2019

*Concedido com a informação.
A consideração superior.
DMUOP, 13/03/19.*

Envio à reunião do h. DMGAP.

Dr. Miguel Simões.

19/03/19

Nº Informação: 5022

Data: 14/02/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 725/2018 - taxas de ocupação de espaço público (contentor) referente a obra no prédio de **Maria Dolores Gomes Duarte**, sito na **Avenida Dr. Artur Soares, 25/27**, freguesia de S. Lázaro, desta cidade, contribuinte 155235028, no valor de 154,04€ (cento e cinquenta e quatro euros e quatro centimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 96,56 €
- ii) Prazo 2 meses x 14,46€ = 28,92€
- iii) O.V.P. 6m x 2 x 2,38€ = 28,56€

TOTAL = 154,04€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/3770, datada de 04/02/2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior.

A Divisão Financeira.



Com a minha concordância
e consideração superior.
Reunida, 15/02/19.

Com a minha concordância
e consideração superior.
2019/02/15

Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães